

ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: APONTAMENTOS SOBRE A ILHA ENCOBERTA EM PORTUGAL (SÉCULO XVII).

FILIPE DURET ATHAIDE *

Lançado em 1999, o *Dicionário de Lugares Imaginários* organizado por Alberto Manguel e Gianni Guadalupi lista, como o próprio título anuncia, os mais diversos lugares imaginários das mais variadas épocas, origens e estilos. A seleção destes lugares, segundo os organizadores, tinha inicialmente um foco voltado para os lugares apresentados pelos escritos literários. O arrolamento, que se projetava ao infinito, recebeu então outro corte: paraísos, infernos (como o de Dante, em *A Divina Comédia*) e lugares futuros, tal como aqueles que teoricamente não seriam localizados na Terra seriam excluídos. Desta forma, coligiram cerca de dois mil lugares imaginários, fictícios e aqueles descritos por exploradores e cronistas de todos os tempos. Para Manguel e Guadalupi,

“O universo imaginário é de uma riqueza e de uma diversidade espantosa: mundos criados para satisfazerem um desejo urgente de perfeição, utopias imaculadas como Cristianópolis ou Victória, que mal respiram; outros, como Nárnia ou o país das Maravilhas, inventados para dar um lar à magia, onde o impossível não entra em choque com a vizinhança; outros ainda, como o reino dos Sonhos, construídos para satisfazer os viajantes enfasiados com a realidade; ou viajantes que praticam há muito tempo artes tenebrosas e pouco ortodoxas, como na ilha de Noble.” (MANGUEL, 2003: VIII-IX)

Sem problematizar o evidente “funcionalismo” pelo qual os organizadores entendem o surgimento e a lógica dos lugares imaginários, o *Dicionário* traz uma grande compilação, e curiosamente, emerge dela um número considerável de sítios que têm as características físicas e geográficas de *ilhas imaginárias*: Ilha das Abóboras, Aiolia, Ilha dos Animais, Avalon e, não menos importante, as Ilhas Afortunadas, isso só para elencar as que começam pela letra “A”. Fica, dessa maneira, certo o quanto a imagem das ilhas fictícias ou fantasiosas, monstruosas ou paradisíacas, faz parte do imaginário humano, contemporâneo ou passado. Este trabalho, portanto, tem como foco

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS/UFRJ.

de análise as narrativas sobre a *ilha encoberta* que circularam em Portugal na segunda metade do século XVII.

Falando de sonhos, de superação, mas também dos perigos da travessia atlântica, os relatos de naufrágio circularam, impressos e manuscritos, lidos em público ou na esfera privada, divulgaram a bravura dos navegadores europeus. Prova desta circulação, principalmente da impressa, é o “*Naufrágio que passou Jorge Albuquerque Coelho vindo do Brasil para este Reino no ano de 1565*”, publicado no segundo tomo de *História Trágico-Marítima*, obra editada em Portugal por Bernardo Gomes de Brito, em dois volumes, entre 1735- 1736. Segundo Giulia Lanciani, tal relato contido na *História Trágico-Marítima* foi publicado também em forma de opúsculo, tendo atingido a tiragem de cerca de dois mil exemplares (LANCIANI, 1992: 71).

Dentre os vários relatos de naufrágio, alguns assumiram contornos mais descritivos, dando notícia das novas terras descobertas, das populações que habitavam tais territórios, narrando seus hábitos e costumes, além da descrição da natureza exuberante. Outros valorizavam o maravilhoso, e assim, informavam sobre seres mitológicos que habitavam as águas, ares e terras, há muito conhecidos, mas não comumente vistos, tendendo estas narrativas, sempre para a valorização do onírico, no qual a marca do paraíso terreal se mostrou a sua principal característica.

É desse horizonte predominantemente mítico, fantasioso, que emergem os relatos de naufrágio, primeiro grupo de fontes analisados neste trabalho. Dados da segunda metade do século XVII, tais relatos têm sua autoria atribuída a religiosos portugueses. Entretanto, o que mais se destaca nessas narrativas, e que se relaciona com o aspecto “maravilhoso” dos mesmos é o encontro, por parte dos naufragos sobreviventes, da *ilha encoberta*; a tal dado, que por si já justifica a especificidade destes relatos, soma-se que, segundo os naufragos, em tal ilha, estaria encoberto D. Sebastião, décimo - sexto monarca português que desapareceu em 1578, na célebre batalha de Alcácer Quibir, abrindo caminho para a União Ibérica (1580-1640).

Se o *Dicionário dos lugares imaginários* não propõe uma discussão mais aprofundada sobre os “lugares imaginários” (ilhas ou não), determinado pela própria forma que um dicionário assume, Antônio Carlos Diegues apresenta em sua obra *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário* uma apreciação mais focada nas imagens insulares e os

diversos significados que as ilhas assumiram na cultura ocidental desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade. Baseado em pressupostos da Antropologia e da Psicologia Analítica, Diegues acaba por prescindir da historicidade da imagem das *ilhas afortunadas* ou *encobertas*, dando ênfase as suas representações, somente. Entretanto, o trabalho do autor indica pistas preciosas para a análise da imagem das *ilhas encobertas*, assunto principal do presente trabalho. Segundo Diegues,

“O mundo insular é um símbolo polissêmico, com vários conteúdos e significados que variam de acordo com a História e as sociedades. Mundo em miniatura, centro espiritual primordial, imagem completa e perfeita do cosmos, inferno e paraíso, liberdade e prisão, refúgio e útero materno, eis alguns significados que o homem atribuiu a esse microcosmo.” (DIEGUES, 1998: 13)

Já no *Dicionário de Símbolos*, a seguinte reflexão sobre os possíveis significados da ilha encoberta é apresentada:

A ilha é (...) um mundo em miniatura, uma imagem do cosmo completa e perfeita, pois que a apresenta um valor sacral concentrado. A noção que se aproxima sob esse aspecto das noções de templo e de santuário. A ilha é simbolicamente um lugar de eleição, de silêncio e de paz, em meio à ignorância e à agitação do mundo profano. Representa um Centro primordial, sagrado por definição, e a sua cor fundamental é o branco. (...).

A análise moderna pôs especialmente em relevo um dos traços essenciais da ilha: a ilha evoca o refúgio. A busca da ilha deserta, ou da ilha desconhecida, ou da ilha rica em surpresas, é um dos temas fundamentais da literatura, dos sonhos, dos desejos. A conquista dos planetas não terá também alguma coisa a ver com essa busca da ilha? A ilha seria o refúgio, onde a consciência e a verdade se uniriam para escapar aos assédios do inconsciente: contra os embates das ondas o homem procura o socorro do rochedo.

É igualmente, do ponto de vista analítico, para as ilhas Afortunadas que se transfere o desejo da felicidade terrestre ou eterna. (CHEVALIER, 1992: 501-2).

Assim sendo, a imagem da *ilha* é portadora de uma plasticidade que permite aplicações, significados e análises múltiplas. O imaginário humano, antigo e

contemporâneo, está repleto de imagens referentes às ilhas, que se manifestam em forma de mitos, símbolos e outras imagens. Em relação à trajetória cronológica da *ilha afortunada*, Diegues toma como ponto de partida a Grécia Antiga e sua mitologia, que coloca a imagem da ilha em evidência: boa parte dos seus deuses havia nascido em ilhas, dentre eles Zeus, Hera, Hermes e Apolo. Segundo o autor, “para os gregos antigos, a ilha era lugar de refúgio, espaço de espera antes da ação decisiva” (DIEGUES, 1998: 136). Desta maneira, identifica a “*Odisséia*”, atribuída a Homero, escrita em fins do século VIII a.C. como a “mais grandiosa epopéia marítima da Grécia Antiga” (DIEGUES, 1998: 137). Nessa obra, “o mar-oceano, espaço ainda assustador e terrível, comandado pela divindade marítima Possêidon, era o reino do desconhecido, dos monstros marinhos, das sereias perigosas” (DIEGUES, 1998: 138). Nesse sentido, o mar, e as criaturas míticas e fantásticas que o habitam se constituíam como os verdadeiros obstáculos que Ulisses deveria enfrentar em seu retorno à ilha de Ítaca. Entretanto, nem todas as ilhas por qual passa Ulisses em sua *Odisséia* são maléficas e assustadoras. Nos últimos versos do livro XII, Ulisses fala sobre a ilha de Ogígia e a deusa Calipso:

“Saindo daquele lugar, vaguei durante nove dias, e, no décimo, os deuses levaram-se para a ilha de Ogígia. Ali mora Calipso, a deusa tão bela e terrível que sabe falar a língua dos homens. Ela me amou e cuidou de mim.”

A figura de Calipso é extremamente importante na trajetória de Ulisses, pois ela o auxilia em vários momentos da jornada: é ela que o ensina a se orientar à noite com o auxílio das estrelas, o salva quando sua embarcação naufraga, e o acolhe e cuida dele, em Ogígia, refúgio primordial, para que o herói se recompusesse e pudesse seguir viagem.

A caracterização das ilhas oceânicas como local de refúgio remonta então, à Antiguidade. Segundo Mircea Eliade (ELIADE: 1992), nessas ilhas, paradisíacas, a existência se passava fora do tempo, o homem era livre, feliz, belo e eternamente jovem. Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, indica que o paraíso fora também descrito na Antiguidade, como o Horto das Hespérides, e se converte como a base para o romantismo insular que invadiu a Europa a partir dos descobrimentos marítimos modernos (HOLANDA, 1996: 152). Ainda de acordo com Diegues,

“As Ilhas Afortunadas da Antiguidade são o local para onde se transfere o desejo de felicidade terrestre ou eterna. (...) O Jardim das Hespérides estaria localizado nas Ilhas Afortunadas, cuja lenda era conhecida na Antiguidade Clássica. Essas ilhas seriam provavelmente as do arquipélago das Canárias ou ainda Açores e Madeira.” (DIEGUES, 1998: 144)

Em relação ao imaginário medieval, permeado pela teologia cristã, as lendas acerca de seres mágicos e fantasiosos, habitantes de ilhas e mares desconhecidos estão claramente presentes. Tal presença se estende até o período das grandes navegações, exercendo inclusive, grande influência nas narrativas, fantasiosas ou não, acerca das viagens quinhentistas e seiscentistas. Obra destacada produzida por volta de 1410, *Imago Mundi*, de autoria atribuída ao abade francês Pierre d’Ailly, tal qual Copérnico, defende a esfericidade da Terra, mas traz ainda uma grande influência do mágico e fantástico em seus escritos. Segundo Ailly, as Ilhas Afortunadas, ilhas míticas, que só teriam sido alcançadas uma única vez, e depois desaparecidas no horizonte, localizavam-se no Hemisfério Norte. Já em relação ao Hemisfério Sul, seria esse um lugar inóspito, morada do Demônio, habitado por terríveis monstros. Presente também em descrições de viajantes medievais, como Marco Pólo, as ilhas aparecem no Oriente, sendo lugares de grande riqueza. Entretanto, independentemente da origem da caracterização das Ilhas Afortunadas na Idade Média, neste período, elas acabam por consolidar uma de suas principais características: a localização incerta e mutável, geralmente em áreas e oceanos desconhecidos, potencializando o maravilhoso e mítico medieval. Maravilhoso, mítico, fantasioso que na cultura medieval não se diferencia ou separa da realidade.

Obra seminal na abordagem do onírico na época dos Descobrimentos, *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda permanece atual, mesmo tendo sido publicada inicialmente em 1959, e é impossível tratar da presença do maravilhoso na mentalidade européia ocidental da época sem levar em consideração as questões levantadas por Holanda.

Analisando os motivos edênicos no período das navegações ibéricas e descobrimento do Brasil, o autor recorre aos relatos de navegantes e viajantes, a cartas cartográficas da época, nas histórias recontadas por quem não viajou, mas escutou falar das aventuras além-mar, e as recontou, acrescentando suas expectativas e medos,

promovendo assim a re-significação de vários lugares míticos, como é o caso do Paraíso Terreal. Entretanto, Sérgio Buarque destaca a diferença entre portugueses e espanhóis em relação a esse horizonte fantasioso: os portugueses, em suas relações de viagens e descrição das novas terras, edenizaram o Novo Mundo em escala menor que os espanhóis. Segundo Sérgio Buarque,

“De ilhas encantadas, fontes mágicas, terras de luzente metal, de homens e monstros discrepantes da ordem natural, de criações aprazíveis ou temerosas, com que os novelistas incessantemente deleitavam um público sequioso de gestos guerreiros e fantásticos sortilégios, rapidamente se foram povoando as conquistas de Castela. E não é menos fragrante aqui o contraste que se oferece entre elas e as regiões do mesmo continente destinadas à Coroa lusitana.” (HOLANDA, 1996: 131)

Entretanto, por mais que os portugueses, segundo Sérgio Buarque, se afastassem gradativamente da geografia do fantástico, da cartografia do maravilhoso e das narrativas do exótico, tais aspectos ainda se perpetuarão, mesmo que de forma mais discreta em Portugal durante os séculos XVI e XVII, como bem indicam os casos relativos à *ilha encoberta* aqui citados.

Outra análise sobre a influência do onírico nas narrativas modernas é o trabalho de Laura de Mello e Souza. No primeiro capítulo de *“O Diabo e a Terra de Santa Cruz”* Laura de Mello e Souza considera a relação entre o imaginário europeu na época das navegações – ainda essencialmente medieval e maravilhoso – e as representações que os europeus vão estabelecer em relação às novas terras descobertas. Segundo a autora, os navegadores, influenciados pela leitura de obra como *“Livro das Maravilhas”* de Mandeville, e a já citada *“Imago Mundi”* de Pierre d’Ailly acabaram por mesclar elementos do imaginário medieval veiculado nessas obras ao cenário desconhecido das terras d’além mar. Tal mescla é um dos exemplos primordiais do que a autora vai indicar como sendo o regime das imagens, peculiar do Barroco, onde o ouvir as histórias dos viajantes medievais e os relatos dos viajantes modernos, testemunhas “oculares” das maravilhas dantes descritas delimitou o “primado visual” tipicamente barroco.

Laura de Mello e Souza chama atenção ainda para o quão frágeis são os limites do real e do imaginário nos registros não só dos navegadores ibéricos, mas principalmente dos viajantes e cartógrafos medievais. Para a autora,

“As narrativas de viagens aliavam fantasia e realidade, tornando fluidas as fronteiras entre o real e o imaginário: aventuras fictícias como as de São Patrício continham elementos extraídos do mundo terreno, aventuras concretas como a as de Marco Pólo se entremeavam com relatos fantásticos, com situações inverossímeis que, tendo ouvido de alguém o mercador acreditava ter vivido.” (SOUZA, 2009: 37)

Se o limite entre real e imaginário apontado por Mello e Souza por si só já serve de base para uma profícua análise das narrativas que versam sobre a *ilha encoberta* no Portugal seiscentista, pensar o deslocamento geográfico do paraíso terreal após os descobrimentos só pode enriquecer a análise. A autora indica que

“Parece lícito considerar que, conhecido o Índico e desmistificado o seu universo fantástico, o Atlântico passará a ocupar o papel análogo no imaginário europeu quatrocentista. (...). O maravilhoso estaria fadado a ocupar sempre as fímbrias do mundo conhecido pelos ocidentais: o mundo colonial americano seria, pois, a sua última fronteira.” (SOUZA, 2009: 40)

Dessa maneira, Laura de Mello e Souza ilumina uma questão já levantada por Sérgio Buarque de Holanda em *“A Visão do paraíso”*, e também debatida por Jacques LeGoff: qual não seria o peso da expectativa de encontrar o paraíso terreal nas viagens dos marinheiros dos descobrimentos? Nesse sentido, a expansão marítima ibérica propiciou uma fusão importante para o imaginário europeu da época: articulou e recombinau as formulações européias que versavam sobre o Purgatório, o Paraíso terreal, e a função purificadora da travessia marítima e da idéia do degredo como purgação (SOUZA: 2009:104; LEGOFF: 1979). Porém, se por um lado o resultado dessa síntese foi a demonização dos territórios coloniais nas narrativas dos viajantes (SOUZA, 2009: 117), por outro, permaneceria, para o europeu pós descobrimentos a existência de espaços ainda não descobertos e, portanto, edenizados, míticos, mágicos e maravilhosos, dos quais as mais conhecidas encarnações seriam aquelas que relatam

sobre as *ilhas encobertas* ou *afortunadas*, presentes tanto nos relatos de naufrágio que ainda circulavam em Portugal no século XVII como nas visões de mulheres como Maria de Macedo.

Desse modo, pode-se presumir que da tradição antiga e medieval a imagem da *ilha encoberta* herdou a magia, fantasia, e a morada de monstros inimagináveis. Entretanto, foi da tradição céltica que a *ilha encoberta* herdou a característica de lugar de refúgio por excelência, onde o tempo estaria em suspenso. As lendas celtas, extremamente populares durante a Idade Média, também localizavam o paraíso nas ilhas oceânicas:

“A transladação para o Atlântico de tão miríficos cenários, já prenunciada com as tradições pagãs das Ilhas Afortunadas ou do jardim das Hespérides, e por elas de algum modo fertilizadas, já ganhara alento, por sua vez, quando passaram a engastar-se na mitologia céltica, principalmente irlandesa e gaélica, dando como resultado várias obras que alcançaram vasta popularidade durante toda a Idade Média.” (HOLANDA, 1996: 172)

Além dos escritos de Pierre d’Ailly sobre cartografia e dos relatos de viagens de Marco Pólo, destacam-se ainda as lendárias viagens de São Brandão, monge que teria vagado por mares desconhecidos e vencido enormes perigos para chegar a uma ilha onde se localizaria o paraíso, em contraposição com a tradição medieval, que o localizava no Oriente. As constantes re-leituras dessas viagens lendárias de São Brandão acabaram por transformar

“... a ilha de São Brandão em um arquipélago, que pode incluir, como sucede no mapa de André Benicasa, ancoritano, datado de 1467, a do Brasil, ou Braçile, que no século anterior, em 1367, a carta de Pizzigano, colocava, por sua vez, com o nome de Ysola de Braçir, entre as chamadas ‘Benaventuras’. Essa fantástica ilha do Brasil, tão estreitamente vinculada a toda mitologia de São Brandão, pertence, com esta, à antiga tradição céltica preservada até os dias de hoje, e que aparentemente nada tem a ver com a presença em certas ilhas atlânticas de plantas tais como a urzela ou o sangue de drago, que dão um produto tintorial semelhante, na cor purpurina, a outro que, pelo menos desde o século IX era conhecido no comércio árabe e italiano sob os nomes de ‘brasil’ e ‘verzino’.

Segundo já mostrou decisivamente Richard Henning, aparenta-se o topônimo antes às vozes irlandesas Hy Bressail e O’Brazil, que significariam ‘ilha afortunada’.” (HOLANDA, 1996: 173)

A transposição das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar), e a navegação por mares desconhecidos e o descobrimento de novas terras, não anulou ou eliminou do horizonte cultural europeu as construções fantasiosas e mágicas, como a da *ilha encoberta*. Ao contrário, o fantasioso e o mágico constituem elementos fundamentais para se entender a época das grandes navegações.

Segundo Jean Delumeau,

“Na Europa do começo da Idade Moderna, o medo, camuflado ou manifesto, está presente em toda parte. Assim é em toda civilização mal armada tecnicamente para responder às múltiplas agressões de um meio ameaçador. Mas, no universo de outrora, há um espaço onde o historiador está certo de encontrá-lo sem nenhuma falsa aparência. Esse espaço é o mar.” (DELUMEAU, 2009: 54)

Tratando do medo como um aspecto relevante da sociedade europeia na transição da Idade Média para a Moderna, Delumeau traça uma genealogia desse sentimento que rondou a Europa, observando os seus mais variados matizes. Um dos que tem destaque em sua obra é o medo do mar. Para o homem dos descobrimentos, o mar desconhecido é o espaço do maravilhoso, mítico e mágico, ou ainda a concretização do purgatório, como bem já destacou Laura de Mello e Souza. Entretanto, o mar também é o espaço do medo. Dessa maneira, ao analisar as narrativas que versam sobre a *ilha encoberta* ainda que no século XVII português, todas essas marcas devem ser levadas em consideração. O autor ressalva, inclusive, que numa civilização essencialmente terrestre, o medo do mar perdura longamente, sendo apontado em viagens do século XVIII. Segundo os registros de um dominicano que se deslocou por via marítima para o capítulo geral de sua ordem, “por mais próximo que esteja a terra, no mar sempre se está bastante longe para ali encontrar sepultura” (DELUMEAU, 2009: 70).

Contudo, Delumeau destaca também o lado heróico dessas travessias marítimas, registrado pelos cronistas da época, e que tinham o claro objetivo divulgar a bravura e a

supremacia de seus navegadores, mesclando a isso os elementos fantasiosos, numa possível tentativa, segundo o autor, de afastar os concorrentes das melhores rotas e espaços coloniais recém descobertos. (DELUMEAU, 2009: 72)

Desse modo, a grande mudança operada a partir das navegações atlânticas do século XV-XVI, em relação à Ilha Afortunada e todo o imaginário fantasioso que a envolvia é a materialização desse horizonte mágico e onírico. Se durante a Idade Média e início do século XV os europeus pareciam perplexos diante da gama de monstros que habitavam as terras desconhecidas, a partir da expansão ultramarina, os mesmos tornam-se reais. Cristóvão Colombo, por exemplo, descreve ilhas em sua viagem que seriam habitadas por seres humanóides, dotados de rabo, ou ainda por ciclopes (DIEGUES, 1998: 166). Nessa transição, as terras descobertas exercem grande influência, com sua flora e fauna exuberantes. Assim, foi o continente americano que passou a abrigar a localização do paraíso terreal.

Estudioso dos escritos relacionados à cartografia e às navegações da época Moderna, Frank Lestringant chama atenção para a “bricolagem” executada quer por cartógrafos, quer por viajantes quando da elaboração de cartas náuticas ou notícias de jornadas. Tais elaborações congregam elementos reais e fantásticos, gerando um discurso no qual ambos se completam e não se distinguem. A incerteza das navegações e a descoberta de novas terras, somada à existência de descrições das viagens medievais já conhecidas servem, portanto, de material para tal operação, com ênfase para a existência das *ilhas*, afortunadas ou verdadeiras. Lestringant afirma que

“É um fato que na história das grandes navegações o tempo das ilhas tenha precedido o dos continentes. O mundo explorado por Colombo, Vespúcio e Magalhães é um mundo em expansão. A humanidade não habita mais um solo estável, mas um arquipélago à deriva, apenas mais sólido que a ponte de um navio. Não é por acaso que Utopia, esta criação do Renascimento, é uma ilha. Ao invés de se restringir por explorações limítrofes e contíguas, o espaço geográfico viu ao acaso se multiplicarem as ilhas: ilhas do Cabo Verde, São Tomé, Santa Helena, Quiloa, Mombaça, Zanzibar, Goa, na rota oriental das especiarias; arquipélagos das Bahamas e das Antílias onde aporta sucessivamente Colombo, Terra Nova de Cabot e Cartier, mas também Yucatan, Peru, Brasil e a Califórnia que durante muito tempo eram tidas como

insulares, e a América, ela mesma que figura em muitos atlas como a maior ilha do mundo.” (LESTRINGANT, 2002: 13-14)¹

Os avanços tecnológicos, na navegação e na confecção de cartas náuticas, observados a partir do início das grandes navegações, não eliminaram, portanto, a existência dos mitos insulares. Eles aparecem no trabalho de Jean de Léry, que relata a sua atribulada viagem ao Brasil em meados do século XVI. Ao se aproximar das Ilhas Canária, as descreve como Ilhas Afortunadas, com abundância de alimentos, bons ares e belos habitantes.

Mas apesar de todas essas referências, e da decorrência delas, as Ilhas Afortunadas foram gradativamente desaparecendo dos mapas e cartas náuticas na medida em que os conhecimentos científicos avançaram a partir dos séculos XVI e XVII. Não se apagaram, porém, do imaginário europeu ocidental, onde continuaram a existir como lugar de isolamento e de grandes belezas naturais, apartadas da civilização. Diegues aponta que, a partir do século XVI, tornaram-se frequentes as descrições de sociedades utópicas criadas em ilhas, sendo a Utopia de Tomas Morus, publicada em 1516 a mais conhecida, e um dos marcos principais dessa transformação (DIEGUES, 1998: 183). Contudo, por mais que a ilha descrita por Morus tenha contornos que permitam a sua classificação como uma “*ilha imaginária*”, Utopia também apresenta traços marcantes de racionalização, como por exemplo, a organização das cidades da ilha, tanto do ponto de vista da arquitetura urbana quanto em relação a organização administrativa e política. Tal racionalização acaba, portanto, afastando Utopia das *ilhas imaginárias* descritas pelos naufragos e visionárias.

Assim, o escrito de Morus, ficcional por um lado, crítico de seu tempo por outro; derivado das *ilhas imaginárias*, mas organizado e controlado pelo homem, e não aberto ao impalpável ou desconhecido pode ser tomado como um marco na transformação das *ilhas imaginárias*, edênicas e mágicas, em espaços mais racionais, sintoma do gradativo processo de desencantamento do mundo operado durante a Idade Moderna (WEBER: 1946)

É, portanto, neste contexto de sobrevivência das características antigas e medievais das *ilhas encobertas* que as narrativas do século XVII português se inserem, ainda que Sérgio Buarque afirme que os navegadores portugueses edenizaram os novos territórios em escala menor que os espanhóis. Laura de Mello e Souza, por sua vez,

também afirma que estes mesmos portugueses viram poucos demônios em terras ultramarinas, e conseqüentemente, também viram muito pouco de paraíso nessas terras. Entretanto, é Sérgio Buarque que aponta o caminho para a sobrevivência, mesmo que tênue, do onírico no horizonte cultural português. Segundo o autor,

“É lícito pensar ainda que certas idéias bem precisas ou até pragmáticas, servissem de reforço à simples devoção visionária sempre aberta à possibilidade de raros portentos, feitos maravilhosos, profecias, intuições divinatórias, transes, aparições, levitações, ubiqüidades, como os que se multiplicaram nas páginas desses livros, pois o que inspira muitos de seus autores, fiéis neste ponto ao espírito da era do barroco, é, sobretudo o afã de despertar os ânimos, ocupando os olhos.” (HOLANDA, 1996: 135)

Dessa maneira, mesmo vendo pouco paraíso e poucos demônios, permaneceram estes no imaginário português, ao se voltarem para as navegações, os portugueses promoveram não só a sobrevivência desses aspectos fantasiosos, mas suas reelaborações, que emergem, por exemplo, nas narrativas sobre a *ilha encoberta* na segunda metade do século XVII. Tais reelaborações estão presentes quer nas respostas das visionárias portuguesas aos eclesiásticos do Tribunal do Santo Ofício, quer nos relatos de naufrágio, possivelmente escritos por religiosos e que circulavam, manuscritos ou impressos, lidos em público ou na esfera privada, e com os quais, muito provavelmente as visionárias perseguidas pela Inquisição tiveram contato.

BIBLIOGRAFIA:

ALVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Felipes: política, cultura e representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

_____. *Corre manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro* Madrid: Marcial Pons, 2001.

AZEVEDO, João Lucio de. *A evolução do Sebastianismo*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985. v.5
- BERCÉ, Yves-Marie. *O rei oculto. Salvadores e impostores. Mitos políticos populares na Europa Moderna*. Bauru: EDUSC; São Paulo, Imprensa Oficial, 2003
- BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOGDANOW, Fanni. “O Graal, Artur e Merlim segundo Robert de Boron” in: *Revista da USP*, nº21. São Paulo: EdUSP, jan-mar / 1994, pp. 179-96
- BUESCU, Ana Isabel. “Sentimento” e “Esperanças” de Portugal – da Legitimidade de D. João IV. *Penélope: fazer e desfazer a História*. Lisboa, nº 9/10, p.169-188. 1993.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain Gheerbrant. *Dicionário de símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. São Paulo: José Olímpio, 1992
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ELIADE, Mircea. *Mythes, rêves et mystères*. Paris, Galimard, 1992.
- FRANÇA, Eduardo D’Olivera. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Relações de força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- _____. Antônio Vieira e o sebastianismo: messianismo régio e transfiguração barroca. *Actas do Terceiro Centenário da morte do Padre Antônio Vieira. Congresso Internacional*. Braga. Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999. II Volume, Separata, pp. 919-933.
- _____. *O sonho da salvação. 1580-1600*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII rumo: Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- LANCIANI, Giulia. Uma História trágico-marítima. in: CHANDEIGNE, Michel. *“Lisboa ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses.”* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992
- LANTERNARI, Vittorio. “Messias”. In: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994. v.30.
- LEGOFF, Jacques. O Ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico. in: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- LESTRINGANT, Frank. *A oficina do cosmógrafo, ou a imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. *Le livre des îles: atlas et récits insulaires de la Genèse a Jules Verne*. Genève : Droz, 2002.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Oficina de Ignácio Rodrigues, 1752. tomo III.
- MADEIRA, Angélica. *Livro dos naufrágios: ensaio sobre a História Trágico-Marítima*. Brasília: Editora UNB, 2005.
- MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- MARAVALL, José Antonio. *La cultura Del barroco – Análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Ariel, 1986
- MARQUES, João Francisco. *A Parenética portuguesa e a dominação filipina*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- _____. *A parenética portuguesa e a restauração (1640-1668)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os pensadores).
- OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.
- OLIVEIRA, Vitor Amaral de. *Sebástica: Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2002.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliográfico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. Tomo VII
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (2ª edição).
- TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. Volume I.
- VAINFAS, R. (Org.); MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org.). *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1994.
- WEBER, Max. “Rejeições religiosas do mundo e suas direções” in: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1946.

¹ Tradução livre do original: “Il est un fait que dans l’histoire des grandes navigations le temps des îles a précédé celui des continents. Le monde agrandi par Colomb, Vespucci et Magellan est un monde éclaté. L’humanité n’habite plus un sol stable, mais un archipel à la dérive, à peine plus solide que le pont d’un navire. Nul hasard si l’Utopie, cette création de la Renaissance, est une île. Au lieu de s’étendre par explorations limitrophes et contiguës, l’espace géographique a vu d’abord se multiplier les îles : îles du Cap-Vert, São Tomé, Saint-Hélène, Quiloa, Mombasa, Zanzibar, Goa, sur la route orientale des épices ; archipels des Bahamas et des Antilles où aborde successivement Colomb, Terre-Neuve de Cabott et Cartier, mais aussi le Yucatan, le Pérou, le Brésil et la Californie longtemps réputés insulaires, et l’Amérique elle-même qui figure dans maint atlas comme la plus grande des îles du monde.”